ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas e cinco minutos, realizou-se a décima primeira sessão ordinária da Comissão Própria de Avaliação (CPA), da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), exercício dois mil e vinte e um, por intermédio de *webconferência*, sob a presidência da professora doutora *Leila Massaroni*, com a presença dos demais membros da CPA: *Deborah Provetti Scardini Nacari*, *Lorena Neves Nobre de Freitas* e *Margarete Farias de Moraes*; e dos convidados: *Marcos Renato Lorenção* (Procurador Educacional Institucional) e *Rogério Naques Faleiros* (Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional). A presidente da sessão, **Leila Massaroni**, declarou aberta a reunião. **Pauta: 1. Diálogos com as Unidades Acadêmicas e Administrativas: Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan) e Procurador Educacional Institucional.** A representante docente **Leila Massaroni** agradeceu aos convidados por terem aceito o convite de partipação nesta reunião. Justificou que a CPA preparou uma apresentação introdutória com o intuito de fomentar um diálogo acerca de como realizar um trabalho conjunto para o estabelecimento de uma cultura de avaliação institucional. A representante técnico-administrativo **Lorena Neves Nobre de Freitas** realizou a apresentação que abrangeu os seguintes tópicos: para que serve a autoavaliação?; Resolução 49/2016 – CUn; propostas de ações estratégicas para a avaliação institucional no PDI 2020-2030; Projeto de Avaliação Institucional (PAI); dimensões da avaliação e cinco eixos avaliativos; avaliação para recredenciamento em 2010; diferenças: avaliação interna e externa; propotas de ações estratégicas para a avaliação institucional no PDI 2021-2030; e próximos passos (indagação). A representante docente **Leila Massaroni** efetuou um breve histórico acerca da reestruturação da CPA e da constituição das atuais CPACs. Informou que aguarda a publicação da portaria de nomeação dos novos membros da CPA, faltando somente a indicação de um dos representantes da sociedade civil organizada. Declarou que fazem parte da composição atual da CPA pessoas com experiência e/ou interesse em avaliação institucional. Anunciou que a CPA funcionará provisoriamente na sala contígua à Superintendência de Contabilidade e Finanças (SCF). Discorreu sobre integração de processos, cultura de avaliação e parcerias institucionais no processo de autoavaliação. Ressaltou que a estruturação de redes para disseminar a importância da autoavaliação institucional é um dos objetivos da CPA. Ponderou a respeito de como estruturar a integração da CPA com a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan). A representante técnico-administrativo **Deborah Provetti Scardini Nacari** narrou a experiência de acompanhar o modo como os diretores de centro utilizaram os relatórios de avaliaçao como instrumento de gestão. Rememorou que o Pró-Reitor Rogério Naques Faleiros, quando na direção do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), pautou a sua gestão nos resultados da avaliação institucional. Sublinhou os resultados positivos que a parceria da direção do centro com a CPA acarretou aos cursos do CCCJE. Destacou a atuação do pró-reitor na vigente gestão da Proplan. A representante técnico-administrativo **Lorena Neves Nobre de Freitas** falou do propósito de fazer conhecido o processo de autoavaliação institucinal na Ufes, assim como de esclarecer a respeito das competências da CPA. Afirmou ser

importante conhecer os diferentes procedimentos da Instituição. Exemplificou que em reunião da CPA com uma das Comissões Próprias de Avaliação de Centro (CPACs), questionou-se sobre se a gestão da Universidade tem considerado a avaliação no que tange ao orçamento. O Procurador Educacional Institucional, **Marcos Renato Lorenção**, realizou um breve histórico da autoavaliação institucional na Ufes, pontuando o seu signifiicativo progresso. Expôs que o processo de avaliação institucional será beneficiado de modo mais preciso se toda a comunidade universitária participar. Salientou que o intuito da avaliação institucional é ser um instrumento de gestão importante também para os centros de ensino e os cursos, não somente para a reitoria. Esclareceu que são os gestores da Universidade que devem prestar contas à comunidade acadêmica acerca da utilização dos relatórios de avaliação da CPA como ferramenta de gestão. Pediu para ser informado das alterações na composição da CPA para que atualize os dados no sistema e-MEC. Registrou que sempre estará à disposição da CPA. A representante técnico-administrativo **Lorena Neves Nobre de Freitas** ratificiou que o controle das ações relacionadas à gestão não é competência da CPA. Discorreu sobre o esforço de participar do processo de autoaavaliação institucional e, concomitantemente, realizar as atividades relacionadas ao cargo. Relatou as dificuldades dos diretores de centro mobilizarem indivíduos para compor as CPACs. Questinou se o caminho seria alterar a resolução que regulamenta o Processo Permanente de Avaliação Institucional e reestrutura a CPA, Resolução 49/2016 – CUn, para fortalecer o processo de avaliação na Ufes. Rememorou que no recredenciamento de dois mil e dez ficou constatado pelos avaliadores designados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que os resultados da avaliação somente eram usados para alterar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Registrou que o PDI atual traz novos indicadores relacionados à avaliação. Declarou que, para melhorar o conceito referente ao item avaliação, os gestores de fato devem se apropriar do Relatório de Autoavaliação Institucional (RAI) como instrumento de gestão. A representante técnico-administrativo **Deborah Provetti Scardini Nacari** resgatou que fez parte da comissão no período de recuperação da CPA, com destaque para a participação significativa de respondentes, o que validou os relatórios. Narrou brevemente as dificuldades das Comissões Próprias de Avaliação de Curso e as motivações para o estabelecimento das atuais CPACs. Assinalou que ainda não houve a mobilização esperada das CPACs e, no trajeto, muitas se fragmentaram e/ou não se integraram à CPA. Registrou que o momento atual é de integrar as CPACs. Justificou que, nessa conjuntura, importa dialogar com a Proplan e as direções dos centros de ensino para que as CPACs tomem outra conotação visando ao efetivo funcionamento, assim como a administração central deve fortalecer o trabalho em prol da autoavaliação institucional. Notabilizou que em todas a reuniões vem pautando que nos eixos avaliativos figure o item acessibilidade. O Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, **Rogério Naques Faleiros**, falou das dificuldades que observou nas CPACs no que diz respeito a composição, expansão, mobilização, fraquezas, desafios e fragmentação do processo avaliativo. Declarou que a CPA se fortalece nas CPACs, o que justifica a necessidade de as CPACs serem fortalecidas. Sublinhou que o formato atual das CPACs requer patrocínio da direção do centro, sensibilização dos colegas e reconhecimento da importância. Afirmou que a CPA é uma comissão independente que demanda um suporte administrativo da gestão, pois necessita de uma equipe fixa de apoio. Sugeriu refletir junto ao Gabinete do Reitor e à Progep a designação de uma equipe permanente

de dois servidores para auxiliar a CPA. A representante docente **Margarete Farias de Moraes** ponderou que a definição de planejamento a partir da avaliação e de sua análise é uma questão de gestão. Indicou que, como prática de gestão a ser instituída, a Administração Central pode estabelecer uma instrução normativa para definir como os gestores podem planejar ações a partir dos relatórios da CPA. A representante docente **Leila Massaroni** falou dos instrumentos de avaliação como ferramentas que podem subsidiar os gestores dos cursos no planejamento e da necessidade de mostrar aos novos gestores a existência dessa possibilidade. Ratificou a compreensão da CPA de que os processos avaliativos devem estar integrados. Assinalou que os participantes desta reunião podem ser parceiros na construção e divulgação dessa concepção de avaliação. Registrou que está prevista entre as ações da CPA a participação na reunião dos diretores de centro. O Procurador Educacional Institucional, **Marcos Renato Lorenção**, sugeriu a ida da CPA aos centros de ensino para mobilizar os gestores e demonstrar como as CPACs podem realizar o trabalho de autoavaliação. A representante técnico-administrativo **Deborah Provetti Scardini Nacari** expôs que concorda que as CPACs funcionarão bem se entenderem o trabalho a ser feito e relatou alguns encaminhamentos. Falou da importância de demonstrar que o RAI é da responsabilidade de todos, uma vez que o planejamento é feito pelas unidades organizacionais de acordo com a realidade de cada uma delas. Recordou que as demandas relacionadas ao orçamento devem ser encaminhadas à Proplan. O Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, **Rogério Naques Faleiros**, falou da possibilidade de a CPA atuar em uma das etapas do Plano de Desenvolvimetno Setorial, coordenado pela Proplan, para sensibilizar as unidades organizacionais a utilizarem o RAI como uma referência no processo de planejamento e auxiliar a CPA a disseminar uma cultura de avaliação. Fez saber que há diversos relatórios publicizados relacionados ao orçamento que podem auxiliar na observação de indicadores da avaliação, entre eles, inúmeros instrumentos para atender à legislação da transparência. Discorreu sobre as aproximações com a gestão que precisam ser construídas para viabilizar as CPACs e identificar o papel institucional dessas comissões. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi declarada encerrada às quinze horas e, eu, Josefa Matias Santana, Secretária Executiva da Secretaria de Avaliação Institucional, setor de apoio administrativo da CPA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e demais membros presentes. Vitória, vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e um.

Josefa Matias Santana
Secretária Executiva
SEAVIN/UFES

Leila Massaroni
Membro da CPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PRESENTES À REUNIÃO

NOME	**ASSINATURA**
Deborah Provetti Scardini Nacari	_____
Lorena Neves Nobre de Freitas	_____
Margarete Farias de Moraes	_____
Marcos Renato Lorenção	_____
Rogério Naques Faleiros	_____